



PODER JUDICIÁRIO ||| JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
61ª Vara do Trabalho de São Paulo ||| ACP 1000446-88.2018.5.02.0061
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO EST DE SAO PAULO
RÉU: ABRIL COMUNICACOES S.A.

ATENÇÃO: OS DOCUMENTOS MENCIONADOS DEVEM SER CONSULTADOS NA ORDEM CRESCENTE

PROCESSO: 1000446-88.2018.5.02.0061

EMBARGANTE:MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

ABRIL COMUNICACOES S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

EMBARGADO: OS MESMOS

VISTOS, ETC.

DECIDO:

1- RELATÓRIO:

As partes apresentaram embargos de declaração em face da decisão proferida pelas razões expostas às fls. 1882-5 (id f64c9da) e 1886-95 (idff5901e). É o relatório.

2 - FUNDAMENTAÇÃO

2.1 - ADMISSIBILIDADE

Atendidos os pressupostos legais de admissibilidade, conheço.

2.2- MÉRITO

Embargos de Declaração interpostos pela Abril Comunicações S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

Entes Sindicais - Obscuridade

Alega o embargante que a questão controvertida colocada nos autos envolve duas entidades sindicais distintas, sendo certo que houve consenso com relação aos trabalhadores empregados na administração das empresas proprietárias de jornais e revistas, de modo que, com relação a eles, o pedido deve ser julgado improcedente.

Sem razão ao embargante.

Os documentos mencionados pela embargante (atas de assembleia realizadas em 23 e 25 de agosto de 2017 e 08 de dezembro de 2017) não demonstram o consenso para que fossem realizadas as demissões em massa.

Observe-se que no documento de fls. 70 e seguintes (id d4993ca) em resposta à notificação enviada pelo MPT e que esclarecem os termos das reuniões dos dias 23 e 25 de agosto de 2017 e 08 de dezembro de 2017, o Sindicato dos Empregados da Administração das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas, de São Paulo esclareceu que na reunião de 23 de agosto de 2017 não concordou com os termos propostos, mas apenas em homologar as rescisões "zeradas" para possibilitar o saque do FGTS e percepção do seguro-desemprego.

O mesmo documento revela que na reunião do dia 25 de agosto de 2017 aceitou homologar as rescisões "sem proceder a uma assembleia geral" porque não se tinha conhecimento de quantos e quem realmente seria demitido" (g.n).

Com relação a reunião do dia 08 de dezembro de 2017 igualmente não houve negociação para demissão em massa, o que fica evidente na resposta dada pelo sindicato nos seguintes termos:

" Até 08/12/2017, não houve dispensa com rescisão "zerada", reafirmada a negociação, tudo registrado em atas, não havendo outra solução, às palavras da empresa, que faria as demissões por aqueles dias, este Sindicato insistiu que caso ocorressem as demissões até o dia 20/12/2017, ficasse garantido aos empregados o pagamento do vale do dia 20, conforme CCT, e também a segunda parcela do 13º Salário. Foi garantido também, que seriam pagos os 40%, da multa rescisória, do FGTS. Que todas as parcelas do FGTS estavam depositadas.

Em 13/12/2017, foram demitidos 87 empregados, homologados no dia 18/12/2017 (todas zeradas), para os quais foram pagos a segunda parcela do 13º salário/2017, o adiantamento do dia 20/12/2017, depositaram e liberaram os 40% da multa do FGTS, e o Sindicato esclareceu a todos que somente estava implementando a homologação das rescisões sem qualquer valor inserido, preservando os direitos rescisórios de cada um, que deveriam analisar qualquer proposta da empresa, sendo certo que esta teria que pagar a multa do art. 477, da CLT, por

descumprimento do prazo para pagamento das rescisórias e que seria prudente consultarem um advogado da sua confiança para decidir qual caminho tomar, fazer acordo diretamente com a empresa ou buscar garantias na Justiça do Trabalho.

Foram todos alertados de que não eram obrigados a fazer a homologação, que o Sindicato somente estava procedendo assim, para que não tivessem um final de ano sem poder realizar suas festas ou cumprir compromissos assumidos, pois já estava certo de que a empresa não efetuará o pagamento da rescisão.

Também, que o Sindicato não fez qualquer parcelamento, por se tratar de direitos individuais que seriam tratados pela empresa caso a caso, havendo a perspectiva de parcelamento em dez parcelas."

Assim, ao contrário do que tenta fazer crer o embargante, não há que se "extirpar da condenação" os empregados representados pelo Sindicato dos Empregados da Administração das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas, de São Paulo.

Dedução

Com razão ao embargante quanto a compensação/dedução de verbas já quitadas.

Assim, supro a omissão para autorizar a dedução dos valores já quitados aos empregados demitidos.

Acordo em ação Individual

Apenas para que não ocorram dúvidas, eventuais acordos homologados em ações individuais serão analisados caso a caso, nos limites da quitação conferida pelas partes nas respectivas demandas individuais.

Não compete ao juízo analisar eventos futuros e incertos.

Prazo para Cumprimento da Sentença

Conforme determinado em sentença deverá a requerida providenciar a reintegração imediata dos trabalhadores.

Porém, devido ao número expressivo de funcionários envolvidos, defiro o prazo de 30 dias para cumprimento da decisão.

Aos trabalhadores que se recusarem a reassumir suas funções fica permitida a conversão da reintegração em indenização até a data da convocação encaminhada pela requerida.

Contradição

Ao contrário do que tenta fazer crer o embargante, não há qualquer contradição da sentença com a decisão de fls. 868.

Aquela decisão foi tomada em cognição sumária que não vincula o julgamento definitivo do feito.

Diante do que foi decidido em sentença, ficaram cassados os efeitos da decisão de fls. 868.

Limites da Condenação

Sem razão ao embargante em limitar a sentença até a data da destruição, tendo em vista que há pedido de que a requerida se abstenha de providenciar novas demissões em massa sem a correspondente negociação coletiva.

Suspensão da Execução

Nos termos dos §§ 1º e 2º, da Lei 11.101/05 as ações de qualquer natureza que demandam quantias ilíquidas e as ações trabalhistas, dentre outras situações expressamente previstas em lei, não são suspensas em decorrência da recuperação judicial e serão processadas perante a justiça especializada até a apuração do respectivo crédito.

Assim, não há que se falar em suspensão da decisão pelo prazo de 180 dias.

Embargos de Declaração interposto pelo MPT:

Obscuridade

Com razão ao embargante, observado que de fato os documentos juntados aos autos demonstram que houve demissão em massa a partir de julho de 2017 como requerido na petição inicial.

Em julho de 2017 o artigo 477-A, da CLT, introduzido pela Lei 13.467/2017 não estava em vigor, o que reforça ainda mais a necessidade de efetiva negociação coletiva.

Assim, fixo o marco temporal para declarar a nulidade das demissões efetivadas pela requerida a partir de julho de 2017, de modo que deverão ser reintegrados os trabalhadores demitidos a partir desta data.

Omissão

Apenas para que não ocorram impugnações desnecessárias, evidentemente as tratativas prévias às futuras demissões deverão ser realizadas com os respectivos entes sindicais.

3 - CONCLUSÃO

Pelos fundamentos expostos, conheço dos embargos de declaração para, no mérito, julgá-los **PROCEDENTES EM PARTE** na forma da fundamentação supra.

Intimem-se as partes.

Eduardo José Matiota

Juiz do Trabalho

SAO PAULO, 3 de Dezembro de 2018

EDUARDO JOSE MATIOTA
Juiz(a) do Trabalho Substituto(a)



Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a:
[EDUARDO JOSE MATIOTA]

<https://pje.trtsp.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



18092814473364500000118889058



Documento assinado pelo Shodo